



1108

## Município de Capanema - PR

**MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2018**

Aos quatorze dias de maio de 2019, o Município de Capanema - PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 - Centro, doravante denominado Prefeitura, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Américo Bellé**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 4.118/2007 e da Lei nº 10.520/02, em face da classificação das propostas apresentada no **Pregão Presencial nº 135/2018**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, qualificada abaixo, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, sediada na R R 5, 129 QUADRA: R-7; LOTE: 07 - CEP: 74125070 - BAIRRO: SETOR OESTE, na cidade de Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob o nº 37.227.550/0001-58, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante Legal Sr(a). **FERNANDO RODRIGUES VALE**, portador do RG nº 196209 e do CPF nº 042.036.901-53, residente no endereço: AV CONTORNO, 1400 - CEP: 74483612 - BAIRRO: ST NORTE FERROVIARIO, na cidade de Goiânia/GO.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS EXISTENTES EM VIAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS VISANDO A EFICÁCIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objeto, para atender às necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Item	Descrição do produto	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA TIPO BR 3 EM AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA 3,7 COMPRIMENTO 4 METROS, DIÂMETRO DO TUBO 59 A 62MM, ÂNGULO DE SAÍDA DA BASE DE 40°, ÂNGULO DE FIXAÇÃO DA LUMINÁRIA EM RELAÇÃO A HORIZONTAL DE 15°, SAÍDA DO TUBO SEM CANTOS VIVOS E REBARBAS. EXCLUSIVO ME/EPP.	JRC	UN	250,00	100,00	25.000,00



411109

## Município de Capanema - PR

2	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA 450/750V 2,5MM2 EXCLUSIVO ME/EPP.	CORFIO	UN	2.000,00	0,94	1.880,00
3	CABO DE COBRE ISOLAMENTO ANTI-CHAMA 450/750V 4,0MM2 EXCLUSIVO ME/EPP.	CORFIO	UN	4.500,00	1,67	7.515,00
4	CONECTOR PERFURANTE PRINCIPAL 10 A 35MM <sup>2</sup> DERIVAÇÃO 1,5 A 10MM <sup>2</sup> EXCLUSIVO ME/EPP.	INTELLI	UN	1.000,00	4,75	4.750,00
5	DISPOSITIVO PARA LIGAÇÃO PERMANENTE ENTRE A FASE E A CARGA DE BASES PARA COMANDO DE GRUPO; APLICAÇÃO: PROTEGER A BASE DE RELÉ FOTOELÉTRICO OU TOMADA DE CHAVE COMANDO DE GRUPO PODENDO TAMBÉM SUBSTITUIR RELÉ FOTOELÉTRICO MANTENDO A CARGA SEMPRE LIGADA; FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO: 60HZ; ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP 65; MATERIAL DO PRODUTO: TAMPA EM POLIPROPILENO COM PROTEÇÃO UV; TENSÃO DE OPERAÇÃO: 100 ~ 240VAC; TENSÃO DE SURTO: SUPORTA MAIS DE 4000V / 2000A; GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO; PINOS EM ÓXIDO DE PRATA-ESTANHO OU LATÃO ESTANHADO; MAPA DE MARCAÇÃO INDELÉVEL DO MOMENTO DE RETIRADA E COLOCAÇÃO EM CAMPO. EXCLUSIVO ME/EPP.	EXATRON	UN	500,00	6,55	3.275,00
8	PARAFUSO ROSCA DUPLA 5/8" 250MM COM 4 PORCAS QUADRADAS EXCLUSIVO ME/EPP.	MILANO	UN	50,00	7,60	380,00
9	PARAFUSO ROSCA DUPLA 5/8" 300MM COM 4 PORCAS QUADRADAS EXCLUSIVO ME/EPP.	MILANO	UN	200,00	8,25	1.650,00
10	PARAFUSO ROSCA DUPLA 5/8" 350MM COM 4 PORCAS QUADRADAS EXCLUSIVO ME/EPP.	MILANO	UN	150,00	9,00	1.350,00
11	PARAFUSO ROSCA DUPLA 5/8" 400MM COM 4 PORCAS QUADRADAS EXCLUSIVO ME/EPP.	MILANO	UN	100,00	9,80	980,00
12	PARAFUSO ROSCA DUPLA 5/8" 450MM COM 4 PORCAS QUADRADAS EXCLUSIVO ME/EPP.	MILANO	UN	100,00	10,60	1.060,00
13	RELÉ FOTOELETRÔNICO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MODO DE OPERAÇÃO NF, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO ENTRE 105 E 305V - 50/60HZ, ACIONAMENTO COM DIFERENÇA DE POTENCIAL IGUAL A ZERO SOBRE OS CONTATOS DE COMUTAÇÃO, IP 67, PINOS DE LATÃO ESTANHADO, INVOLUCRO EM POLICARBONATO ESTABILIZADO AOS	TECNOLINSA	UN	500,00	13,00	6.500,00



11110

## Município de Capanema - PR

RAIOS U.V., CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO DE 1000W/1800VA, PROTEÇÃO CONTRA SURTOS NA REDE TIPO FAIL-OFF QUE EM CASO DE FALHA PERMANECE COM A CARGA DESLIGADA, 5 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO E ATENDER NBR 5123. EXCLUSIVO ME/EPP.					
--	--	--	--	--	--

**Valor Total do Contrato: 54.340,00(Cinqüenta e Quatro Mil, Trezentos e Quarenta Reais)**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO**

3.1. A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema - PR.

**3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:**

**3.2.1. Número da Ata;**

**3.2.3. Número do item conforme Ata;**

**3.2.3. Dotação orçamentária onerada;**

**3.2.4. Valor do material;**

**3.2.5. Requerimento.**

3.3. O material deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

4.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar os materiais solicitados em **até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema**, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de **requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante**, nos termos do subitem seguinte.

4.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

a) **Identificação da Secretaria Municipal solicitante;**

b) **Descrição dos materiais a serem adquiridos;**

c) **Local onde serão entregues os materiais;**

d) **Prazo para entrega dos materiais;**

e) **Quantidade e medidas do material, quando for o caso;**



1111

## Município de Capanema - PR

- f) Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição;  
g) Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.

**4.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.**

**4.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento dos materiais caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 4.2.**

**4.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.**

**4.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.**

**4.6. O fornecimento de materiais pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.**

**4.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos materiais.**

**4.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.**

### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**5.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, de acordo com o item 29 e ss. do edital, de forma parcelada, conforme o fornecimento dos produtos, somente após o recebimento definitivo dos serviços, nos termos do item 28 e ss. do edital do certame.**

**5.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.**

**5.3. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.**

**5.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:**

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000

Fone: (46) 3552-1321

CAPANEMA - PR



41112

## Município de Capanema - PR

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**5.5.** As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Ponte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	1430	08.002.15.452.1501.2164	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

### **6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DA ATA**

**6.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um **representante da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos**, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos materiais, nos termos do item 28 do edital.

**6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

**6.3.** O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**6.4.** Fica credenciada pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços o(a) Sr(a). bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, O (a) servidor(a) **Otávio Fonseca Galiazi**, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis

**6.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000

Fone:(46)3552-1321

CAPANEMA - PR



51113

## Município de Capanema - PR

**7.1.** O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.

**7.2.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

**7.2.1.** A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.

**7.2.2.** Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**8.2.** O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

**8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**8.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**8.3.2.** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

**8.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

**8.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**8.4.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**8.4.2.** Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e



## Município de Capanema - PR

**8.4.3.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

**8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

**8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

**8.7.** É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

**8.8.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

**8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.**

**8.10.** Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.

**8.11.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

## **9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**9.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:

**9.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**9.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**9.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**9.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**9.2.1.** Por razões de interesse público;

**9.2.2.** A pedido do fornecedor.



## Município de Capanema - PR

**9.2.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar a ata, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Ensejar o retardamento da execução do certame.

**10.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) **Multa de até 2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) **Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;**

**10.3.** Em caso de inexecução da ata de registro de preços, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

**10.3.1.** Advertência por escrito;

**10.3.2. Multas:**

- a) **Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do material, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;**
- b) **Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;**
- c) **Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão da ata por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;**
- d) **Multa de 20,0 % sobre o valor total da ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.**

**10.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**10.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação





1116

## Município de Capanema - PR

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**10.4.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

**10.6.** A multa será descontada da garantia da ata, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**10.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.

**10.8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.

**10.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.10.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.

**10.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**10.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO**

**11.1.** Durante a vigência da ata, os preços são fixos e irrevogáveis.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**12.1.** As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no edital.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**13.1.** Os materiais serão recebidos na forma do item **28** do edital.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro - 85760-000

Fone:(46)3552-1321

CAPANEMA - PR



1117

## Município de Capanema - PR

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


15.1. A execução da ata, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial nº 135/2018**, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa.

15.3. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 135/2018**.

15.4. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) **Sr.(a) FERNANDO RODRIGUES VALE**, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, 14 de maio de 2019



**AMÉRICO BELLE**  
Prefeito Municipal



**FERNANDO RODRIGUES VALE**

Representante Legal  
**DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**  
Detentora da Ata



411121

## Município de Capanema - PR

**MUNICÍPIO DE CAPANEMA- PR**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº177/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2018**

Aos quatorze dias de maio de 2019, o Município de Capanema - PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede na cidade de Capanema, Estado do Paraná, na Avenida Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza nº 1080 - Centro, doravante denominado Prefeitura, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **Américo Bellé**, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do Decreto Municipal nº 4.118/2007 e da Lei nº 10.520/02, em face da classificação das propostas apresentada no **Pregão Presencial nº 135/2018**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada e publicada no Diário Oficial do Município de Capanema, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa classificada em primeiro lugar, qualificada abaixo, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

**SY LUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, sediada na R MARECHAL DEODORO, 430 APT 22 COND WALKYRYA ED - CEP: 80010010 - BAIRRO: CENTRO, na cidade de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 01.975.133/0001-46, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu representante Legal Sr(a). SOFIA YAN LAI VA, portador do RG nº 7270721-4 e do CPF nº 839.209.609-63, residente no endereço: AVENIDA MARECHAL DEODORO , 430 APT022 - CEP: 80010010 - BAIRRO: CENTRO, na cidade de Curitiba/PR.**

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS EXISTENTES EM VIAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS VISANDO A EFICÁCIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objeto, para atender às necessidades do Município de Capanema, conforme especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas abaixo:

Item	Descrição do produto	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
6	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS: CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO À ALTA PRESSÃO, OU AINDA DE ALUMÍNIO EXTRUDADO/ESTAMPADO ; - VEDAÇÃO DE BORRACHA RESISTENTE AO CALOR; - DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO CIRCUITOS/LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO EM ALTA PRESSÃO - ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA COM RESINAS DE POLIÉSTER EM PÓ, NA COR CINZA , COM	WLUX	UN	430,00	698,00	300.140,00



41122

## Município de Capanema - PR

<p>PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA; - COMPARTIMENTO INTERNO NA LUMINÁRIA PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS AUXILIARES (DRIVER, CONEXÕES E PROTETOR CONTRA SURTO (DPS)) - A ABERTURA DO COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES PARA MANUTENÇÃO DEVERÁ SER DE TAL FORMA QUE NÃO HAJA POSSIBILIDADE DE QUEDA POR GRAVIDADE DOS COMPONENTES; DEVERÁ POSSUIR UM CONECTOR NEMA DE 5/7 CONTATOS COMPATÍVEL COM O PADRÃO ANSI C136.41 PARA ACIONAMENTO DO MÓDULO DESTINADO À TELEGESTÃO OU FOTOCÉLULA; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER FEITOS EM AÇO INOXIDÁVEL; O AJUSTE DA ANGULAÇÃO DA LUMINÁRIA PODERÁ SER INTEGRADO OU POR MEIO DE ADAPTADOR QUE PERMITA INCLINAÇÕES DE 10 GRAUS OU SUPERIOR PARA MAIS OU PARA MENOS - GRAU DE PROTEÇÃO DE TODO O CONJUNTO MÍNIMO IP 66 (SEM USO DE COLA PARA SELAGEM DA LUMINÁRIA), TANTO NO CONJUNTO ÓPTICO COMO NO COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS MÍNIMO IK08; O CONJUNTO DEVE ATENDER AOS TESTES DE VIBRAÇÃO CONFORME ABNT NBR IEC 60598-1 E DEVE SER RESISTENTE À FORÇA DO VENTO CONFORME ABNT NBR 15129; - FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETRO EXTERNO DE 48 ATÉ 60,3 MM; CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: - TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA DE 100-250 VCA, 60 HZ; - FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO DE 0,92; POTÊNCIA DA LUMINÁRIA: MÁXIMO 150W; - DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (THD) DA CORRENTE DE ENTRADA MENOR QUE 20%; DEVERÁ SER FORNECIDO COM PROTETOR DE SURTO CAPAZ DE SUPORTAR IMPULSOS DE TENSÃO DE PICO DE 10KV E CORRENTE DE DESCARGA DE 10KA. O DRIVER DEVERÁ PERMITIR DIMERIZAÇÃO ATRAVÉS DO CONTROLE ANALÓGICO DE 0 A 10V OU 1 A 10V; - VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS L70; - A LUMINÁRIA DEVERÁ SER FORNECIDA COMPLETAMENTE MONTADA PELO FABRICANTE, INCLUINDO TODOS OS SEUS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; - AS PASSAGENS DE FIOS NA LUMINÁRIA DEVEM SER LISAS E LIVRES DE BORDAS CORTANTES, REBARBAS, SALIÊNCIAS E OUTROS DEFEITOS ANÁLOGOS QUE POSSAM CAUSAR ABRASÃO NA ISOLAÇÃO</p>				
---	--	--	--	--



51123

## Município de Capanema - PR

	DA FIAÇÃO. PARTES COMO PARAFUSOS METÁLICOS DE ROSCA TOTAL SEM CABEÇA NÃO DEVEM SOBRESSAIR NAS PASSAGENS DOS FIOS; CARACTERÍSTICAS FOTOMÉTRICAS: FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DA LUMINÁRIA 16.500LM - TEMPERATURA DE COR: NO MÍNIMO 4.000 K E NO MÁXIMO 5.000 K; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR: MÍNIMO DE 70 - A DEPRECIÇÃO DO FLUXO LUMINOSO DEVERÁ SER DE NO MÁXIMO DE 30%, APÓS ATINGIR AS 50.000 HORAS DE VIDA ÚTIL; - A FOTOMETRIA DA LUMINÁRIA DEVERÁ SER ENSAIADA E CERTIFICADA SEGUNDO A NORMA IES LM- 79; - A CORRENTE DE ALIMENTAÇÃO FORNECIDA PELO DRIVER NÃO DEVE ULTRAPASSAR A CORRENTE NOMINAL DO LED PARA 100% DO SEU FLUXO LUMINOSO; - O LED DEVE SER ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA IES LM-80. A LUMINÁRIA DEVERÁ SER IDENTIFICADA DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA ABNT NBR 15129; GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. OS PRODUTOS DEVERÃO SER CERTIFICADOS/HOMOLOGADOS PELO INMETRO, CONFORME PORTARIA Nº. 20, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017 – COMPROVADO ATRAVÉS DE CONSULTA AO BANCO DE REGISTROS DO INMETRO NO ENDEREÇO: <a href="http://www.inmetro.gov.br/registrosobjetos">http://www.inmetro.gov.br/registrosobjetos</a> . AMPLA CONCORRÊNCIA.					
7	LUMINÁRIA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED. CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS: CORPO EM ALUMÍNIO INJETADO À ALTA PRESSÃO, OU AINDA DE ALUMÍNIO EXTRUDADO/ESTAMPADO ; - VEDAÇÃO DE BORRACHA RESISTENTE AO CALOR; - DISSIPADORES DE CALOR DO CONJUNTO CIRCUITOS/LEDS EM ALUMÍNIO INJETADO EM ALTA PRESSÃO - ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA COM RESINAS DE POLIÉSTER EM PÓ, NA COR CINZA , COM PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA; - COMPARTIMENTO INTERNO NA LUMINÁRIA PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS AUXILIARES (DRIVER, CONEXÕES E PROTETOR CONTRA SURTO (DPS)) - A ABERTURA DO COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES PARA MANUTENÇÃO DEVERÁ SER DE TAL FORMA QUE NÃO HAJA POSSIBILIDADE DE QUEDA POR GRAVIDADE DOS COMPONENTES; DEVERÁ POSSUIR UM CONECTOR NEMA DE 5/7 CONTATOS COMPATÍVEL COM O PADRÃO ANSI C136.41 PARA ACIONAMENTO DO MÓDULO DESTINADO À TELEGESTÃO	WLUX	UN	70,00	698,00	48.860,00



## Município de Capanema - PR

OU FOTOCÉLULA; PARAFUSOS, PORCAS E OUTRAS PARTES DE FIXAÇÃO DEVEM SER FEITOS EM AÇO INOXIDÁVEL; O AJUSTE DA ANGULAÇÃO DA LUMINÁRIA PODERÁ SER INTEGRADO OU POR MEIO DE ADAPTADOR QUE PERMITA INCLINAÇÕES DE 10 GRAUS OU SUPERIOR PARA MAIS OU PARA MENOS - GRAU DE PROTEÇÃO DE TODO O CONJUNTO MÍNIMO IP 66 (SEM USO DE COLA PARA SELAGEM DA LUMINÁRIA), TANTO NO CONJUNTO ÓPTICO COMO NO COMPARTIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUXILIARES; GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS MÍNIMO IK08; O CONJUNTO DEVE ATENDER AOS TESTES DE VIBRAÇÃO CONFORME ABNT NBR IEC 60598-1 E DEVE SER RESISTENTE À FORÇA DO VENTO CONFORME ABNT NBR 15129; - FIXAÇÃO EM BRAÇOS COM DIÂMETRO EXTERNO DE 48 ATÉ 60,3 MM; CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS: - TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA DE 100-250 VCA, 60 HZ; - FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO DE 0,92; POTÊNCIA DA LUMINÁRIA: MÁXIMO 150W; - DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (THD) DA CORRENTE DE ENTRADA MENOR QUE 20%; DEVERÁ SER FORNECIDO COM PROTETOR DE SURTO CAPAZ DE SUPOSTAR IMPULSOS DE TENSÃO DE PICO DE 10KV E CORRENTE DE DESCARGA DE 10KA. O DRIVER DEVERÁ PERMITIR DIMERIZAÇÃO ATRAVÉS DO CONTROLE ANALÓGICO DE 0 A 10V OU 1 A 10V; - VIDA ÚTIL MÍNIMA DE 50.000 HORAS L70; - A LUMINÁRIA DEVERÁ SER FORNECIDA COMPLETAMENTE MONTADA PELO FABRICANTE, INCLUINDO TODOS OS SEUS COMPONENTES E ACESSÓRIOS; - AS PASSAGENS DE FIOS NA LUMINÁRIA DEVEM SER LISAS E LIVRES DE BORDAS CORTANTES, REBARBAS, SALIÊNCIAS E OUTROS DEFEITOS ANÁLOGOS QUE POSSAM CAUSAR ABRASÃO NA ISOLAÇÃO DA FIAÇÃO. PARTES COMO PARAFUSOS METÁLICOS DE ROSCA TOTAL SEM CABEÇA NÃO DEVEM SOBRESSAIR NAS PASSAGENS DOS FIOS; CARACTERÍSTICAS FOTOMÉTRICAS: FLUXO LUMINOSO MÍNIMO DA LUMINÁRIA 16.500LM - TEMPERATURA DE COR: NO MÍNIMO 4.000 K E NO MÁXIMO 5.000 K; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR: MÍNIMO DE 70 - A DEPRECIAÇÃO DO FLUXO LUMINOSO DEVERÁ SER DE NO MÁXIMO DE 30%, APÓS ATINGIR AS 50.000 HORAS DE VIDA ÚTIL; - A FOTOMETRIA DA LUMINÁRIA DEVERÁ SER ENSAIADA E CERTIFICADA SEGUNDO A NORMA IES LM- 79; - A



## Município de Capanema - PR

<p>CORRENTE DE ALIMENTAÇÃO FORNECIDA PELO DRIVER NÃO DEVE ULTRAPASSAR A CORRENTE NOMINAL DO LED PARA 100% DO SEU FLUXO LUMINOSO; - O LED DEVE SER ENSAIADO E CERTIFICADO SEGUNDO A NORMA IES LM-80. A LUMINÁRIA DEVERÁ SER IDENTIFICADA DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA ABNT NBR 15129; GARANTIA MÍNIMA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. OS PRODUTOS DEVERÃO SER CERTIFICADOS/HOMOLOGADOS PELO INMETRO, CONFORME PORTARIA Nº. 20, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2017 – COMPROVADO ATRAVÉS DE CONSULTA AO BANCO DE REGISTROS DO INMETRO NO ENDEREÇO: <a href="http://www.inmetro.gov.br/registrosobjetos">http://www.inmetro.gov.br/registrosobjetos</a>. EXCLUSIVO ME/EPP.</p>					
--	--	--	--	--	--

**Valor Total do Contrato: 349.000,00(Trezentos e Quarenta e Nove Mil Reais)**

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as aquisições que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de aquisição em igualdade de condições.

### **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A presente Ata terá validade por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA AQUISIÇÃO**

3.1. A aquisição obedecerá à conveniência e as necessidades do Município de Capanema - PR.

**3.2. O Município de Capanema efetuará seus pedidos à Detentora da Ata nos termos da Cláusula Quarta desta Ata, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-simile ou e-mail, o qual deverá conter além dos requisitos da Cláusula Quarta, as seguintes informações:**

**3.2.1. Número da Ata;**

**3.2.3. Número do item conforme Ata;**

**3.2.3. Dotação orçamentária onerada;**

**3.2.4. Valor do material;**

**3.2.5. Requerimento.**

3.3. O material deverá atender rigorosamente as especificações exigidas pela Contratante.

### **4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

4.1. A empresa vencedora do certame deverá entregar os materiais solicitados em **até 15 (quinze) dias úteis após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema**, a qual somente poderá ocorrer posteriormente à elaboração de **requerimento de compra pela Secretaria Municipal solicitante**, nos termos do subitem seguinte.

*P*



51126

## Município de Capanema - PR

4.2. O requerimento mencionado no subitem anterior deverá conter as seguintes informações:

- a) **Identificação da Secretaria Municipal solicitante;**
- b) **Descrição dos materiais a serem adquiridos;**
- c) **Local onde serão entregues os materiais;**
- d) **Prazo para entrega dos materiais;**
- e) **Quantidade e medidas do material, quando for o caso;**
- f) **Justificativa da quantidade requisitada e a necessidade da aquisição;**
- g) **Assinatura da(o) Secretária(o) Municipal solicitante.**

**4.3. O requerimento deverá ser enviado ao Departamento de Compras do Município que verificará a possibilidade da aquisição e encaminhará o respectivo pedido à empresa vencedora do certame, juntamente com a respectiva nota de empenho.**

**4.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento dos materiais caso estes sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 4.2.**

**4.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.**

**4.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e responsabilização do ordenador de despesa por improbidade administrativa.**

**4.6. O fornecimento de materiais pela empresa vencedora do certame sem a prévia elaboração do requerimento configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.**

**4.7. As solicitações deverão ser carimbadas e assinadas pela comissão de recebimento, para fins de recebimento definitivo dos materiais.**

**4.8. As solicitações provenientes da Secretaria participante da Ata de Registro de Preços, após o recebimento definitivo dos bens, deverão ser armazenados em arquivo próprio no Controle Interno ou no Departamento de Compras do Município ou na própria Secretaria Solicitante, permitindo a fiscalização de órgão interno e externos.**

### **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**5.1. O pagamento será feito pelo Município de Capanema/PR, de acordo com o item 29 e ss. do edital, de forma parcelada, conforme o fornecimento dos produtos, somente após o recebimento definitivo dos serviços, nos termos do item 28 e ss. do edital do certame.**

**5.2.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**5.3.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido prevista nesta Ata de Registro de Preços.





41127

## Município de Capanema - PR

**5.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**5.5.** As despesas com a aquisição dos objetos registrados nesta ata serão empenhadas nas seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2018	1430	08.002.15.452.1501.2164	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DA ATA**

**6.1.** A fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida por um **representante da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos**, conforme termo de referência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ata, e de tudo dará ciência à Administração, bem como atestar o recebimento dos materiais, nos termos do item 28 do edital.

**6.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

**6.3.** O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**6.4.** Fica credenciada pela Administração do Município, para fiscalização da Ata de Registro de Preços o(a) Sr(a). bem como prestar toda assistência e orientação que se fizer necessária, O (a)



1128

## Município de Capanema - PR

servidor(a) **Otávio Fonseca Galiazi**, para, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não sanadas no prazo estabelecido, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades cabíveis

**6.5.** A fiscalização para cumprimento da presente Ata, por parte da Contratante, poderá ser alterada, a qualquer tempo, mediante autorização e posterior comunicação à CONTRATADA.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO DOS PREÇOS**

**7.1.** O Órgão Gerenciador realizará publicação trimestral dos preços registrados no Diário Oficial do Município.

**7.2.** Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

**7.2.1.** A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.

**7.2.2.** Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação e o Decreto Municipal nº 4.118/2007.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**8.2.** O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

**8.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**8.3.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**8.3.2.** Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

**8.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

**8.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**8.4.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93, quando

*[Handwritten signature]*



## Município de Capanema - PR

cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**8.4.2.** Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do fornecimento, sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**8.4.3.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

**8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

**8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

**8.7.** É vedado à Contratada interromper a entrega dos materiais enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

**8.8.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Município, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 19 do Decreto 7.892/13.

**8.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.**

**8.10.** Não cabe repactuação ou reajuste de preços da contratação, salvo nos casos previstos acima.

**8.11.** Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

### **9. CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

**9.1.** O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico além das hipóteses contidas no edital, quando:

**9.1.1.** Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**9.1.2.** Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



1130

## Município de Capanema - PR

**9.1.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

**9.2.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

**9.2.1.** Por razões de interesse público;

**9.2.2.** A pedido do fornecedor.

**9.2.3.** Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

- a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar a ata, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Ensejar o retardamento da execução do certame.

**10.2.** A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até **2% (dois por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;

**10.3.** Em caso de inexecução da ata de registro de preços, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

**10.3.1.** Advertência por escrito;

**10.3.2. Multas:**

- a) **Multa de 0,5 % por dia de atraso na entrega do material, calculada sobre o valor total da ata de registro de preços, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da respectiva ata, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;**
- b) **Multa de 0,2 % sobre o valor total da ata de registro de preços, por infração a qualquer cláusula ou condição do edital ou da ata de registro de preços não especificada na alínea "a" deste item, aplicada em dobro na reincidência;**
- c) **Multa de 5 % sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso de rescisão da ata por ato unilateral da Administração, motivado por culpa da Contratada, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;**



1131

## Município de Capanema - PR

**d) Multa de 20,0 % sobre o valor total da ata de registro de preços, quando configurada a inexecução total da ata.**

**10.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**10.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

**10.4.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**10.5.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.

**10.6.** A multa será descontada da garantia da ata, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

**10.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.

**10.8.** As demais sanções são de competência exclusiva do Pregoeiro.

**10.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**10.10.** As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.

**10.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**10.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMAPRIMEIRA - DO PREÇO**

**11.1.** Durante a vigência da ata, os preços são fixos e irrevogáveis.

### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**12.1.** As obrigações do contratante e da contratada são aquelas previstas no edital.



1132

## Município de Capanema - PR

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

13.1. Os materiais serão recebidos na forma do item 28 do edital.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Capanema, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

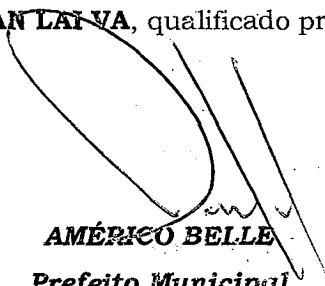
15.1. A execução da ata, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

15.2. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-lhe todos os seus dispositivos, o edital do **Pregão Presencial nº 135/2018**, o seu respectivo Termo de referência, e a proposta da empresa.

15.3. A Detentora da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Pregão Presencial nº 135/2018**.

15.4. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Américo Bellé, Prefeito Municipal do Município de Capanema, e pelo (a) **Sr.(a) SOFIA YAN LAI VA**, qualificado preambularmente, representando a Detentora da Ata.

Capanema, 14 de maio de 2019

  
**AMÉRICO BELLE**  
Prefeito Municipal

  
**SOFIA YAN LAI VA**  
Representante Legal

**SY LUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS**  
**LTDA - ME**  
Detentora da Ata



501181

## Município de Capanema - PR

1.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 177/2019, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa SY LUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME

Pelo presente instrumento particular que firma de um lado, MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representada pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designada **PREFEITURA**, Senhor AMÉRICO BELLÉ, doravante designada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa SY LUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a R MARECHAL DEODORO, 430 APT 22 COND WALKYRYA ED - CEP: 80010010 - BAIRRO: CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.975.133/0001-46, neste ato por seu representante legal, SOFIA YAN LAI VA, CPF:839.209.609-63 ao fim assinado, doravante designada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes, ajustam o presente Contrato, em decorrência do Edital Pregão nº 135/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições.


**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Conforme contrato firmado em 14/05/2019, objeto do Edital de licitação, Modalidade Pregão nº 135/2018, entre as partes acima identificadas, para AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED E DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE LUMINÁRIAS EXISTENTES EM VIAS, PRAÇAS E LOGRADOUROS VISANDO A EFICÁCIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICIPIO DE CAPANEMA - PR. PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, após incorporação registrada na Junta Comercial do Paraná no dia 12/08/2019 sob protocolo 20191038121 a empresa SY LUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME passa a chamar-se **LENUT LUX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, alterando o CNPJ para **02.019.422/0001-34**, a mesma fica instalada na Rua Marechel Deodoro, 430, APT 22, Condomínio Walkyrya, CeP 80.010-010- Curitiba PR.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços originária, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema - PR, 21 de agosto de 2019

  
**AMÉRICO BELLÉ**  
*Prefeito Municipal*

  
**WILLIAM YAN WEYMAN**  
*Representante Legal*  
**LENUT LUX COMERCIO DE**  
**MATERIAIS ELETRICOS LTDA**  
*Contratada*